

Se é **ruim** para o **Serviço Público,** **É PÉSSIMO** para a **população brasileira**

CONTRA A REFORMA ADMINISTRATIVA

ANDES
SINDICATO NACIONAL

REFORMA ADMINISTRATIVA PODERÁ SER VOTADA AINDA EM JULHO

A reforma administrativa volta a ser assunto no congresso nacional e acende alerta dentro da luta de trabalhadoras e trabalhadores. O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Mota, criou o Grupo de Trabalho da Reforma administrativa em 28 de maio, com o objetivo de “buscar mais eficiência da máquina pública brasileira”.

O objetivo é votar o texto no Plenário ainda este ano, antes do recesso parlamentar que terá início em 18 de julho. Assim torna-se urgente a organização de todas e todos para barrar mais esta tentativa de ataque ao serviço público e aos direitos de trabalhadores e trabalhadoras. Acompanhe, no informativo, o que se sabe até agora da proposta, que tem sido alvo de críticas, até mesmo com relação à transparência do GT.

VEJA AINDA NESTA EDIÇÃO

Confira a luta histórica contra as tentativas de reforma administrativa, pág. 3

Veja o que já se sabe sobre esta nova proposta, pág. 2

É hora de ir para a luta!, pág. 4

PROPOSTA SEGUE NA LINHA DO DESMONTE

Após a derrota da PEC 32, durante o governo Bolsonaro, abatida pela intensa mobilização dos Servidores Públicos Federais, a Reforma Administrativa volta ao debate com a criação de um Grupo de Trabalho para elaboração de novo texto que deverá ser encaminhado na forma de Projeto de Emenda Constitucional (PEC).

O Grupo estabeleceu prazo de 45 dias para apresentação final dos trabalhos.

É preciso lembrar que o texto da proposta inicial, ainda no Governo Bolsonaro, atendia a demandas e orientações do mercado financeiro, promovendo ampla retirada de direitos e o consequente sucateamento do serviço público, além da subserviência dos SPFs ao controle político, apadrinhamento e tráfico de influência, já que previa a possibilidade de indicações políticas para cargos de chefia.

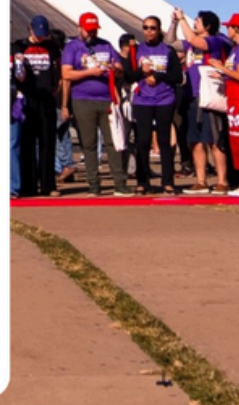
A composição política do congresso não mudou desde então. Pelo contrário vimos acentuar o caráter ideológico de ataque ao estado como instrumento de desenvolvimento social do país

A formação do Grupo de Trabalho revela uma maioria de deputados que representa os interesses do capital e integrantes de partidos mais comprometidos com a lógica do Estado Mínimo, da meritocracia e da precarização do trabalho dos funcionalismo.

Conforme o portal Congresso em Foco, o GT trabalha com temas como o combate aos supersalários, o fim da paridade entre servidores ativos e inativos, a flexibilização de contratos de trabalho no serviço público, a regulamentação de contratações temporárias, regras para o teletrabalho, mudanças nos critérios de progressão nas carreiras e a criação de incentivos baseados em desempenho.

TEMAS DISCUTIDOS NO GT DA REFORMA ADMINISTRATIVA

- ✓ Fim da paridade entre servidores ativos e inativos
- ✓ Flexibilização de contratos de trabalho no serviço público
- ✓ Regulamentação de contratações temporárias
- ✓ Regras para o teletrabalho
- ✓ Mudanças nos critérios de progressão nas carreiras
- ✓ Criação de dispositivos de meritocracia e punitivismo



EXPEDIENTE

O Informapes é uma publicação da Associação dos Professores do Ensino Superior de Juiz de Fora - Seção Sindical do ANDES-SN (APESJF SSind).

Redação, diagramação e fotos: Isabella Mendes Freitas MTB 014560/MG, Danniel Goulart Reg. 6083 DRT MG.

Tiragem: 200 exemplares.

Endereço: Campus da UFJF, bairro Martelos, CEP 36036-900

Telefone: (32) 3215-1286 / **Site:** apesjf.org.br / **Email:** faleconosco@apesjf.org.br

Presidente: Jean Filipe Domingos Ramos (ICSA-GV/UFJF)

Vice-Presidente: Francisco Augusto Lima Manfrini (IF Sudeste MG)

Secretário Geral: Leonardo Docena Pina (UFJF/João XXII)

1º Secretário: Rubens Luiz Rodrigues (Educação/UFJF)

2º Secretário: Leandro David Wenceslau (Medicina/UFJF)

1º Tesoureiro: Renato Santos Gonçalves (ICSA-GV-UFJF)

2º Tesoureiro: Augusto Santiago Cerqueira (Engenharia-UFJF)

REFORMA ADMINISTRATIVA: UMA HISTÓRIA DE RESISTÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS

Lá vem outra tentativa de reforma administrativa. O ataque aos direitos dos trabalhadores e ao estado brasileiro em sua função social, na saúde, educação e geração de desenvolvimento e soberania, funciona de maneira quase que sazonal no espectro político brasileiro.

Principalmente diante num congresso nacional, mantido pelo agro, pelo empresariado e pelo grande capital.

Desde a criação de sua estrutura, ainda nos tempos de Vargas, com a formação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), passando pela organização da administração indireta (autarquias, fundações, empresas estatais), no regime militar de 1964, a máquina estatal brasileira veio se consolidando ao longo do século XX.

No entanto, a partir do governo Fernando Henrique Cardoso, a disseminação de ideias neoliberais, promoveu reformas que visavam enfraquecer o estado, atacando a estabilidade do servidor público federal, cortando direitos e promovendo a precarização do trabalho.

A época foi marcada pelo “novo gerencialismo” e pelo Consenso de Washington, que pregavam um modelo voltado para resultados quantitativos, muito adequados à receita neoliberal. Com a Emenda Constitucional nº 19/1998 vieram as criações das Organizações Sociais (OS) e Agências Reguladoras.

A luta sindical contra a reforma administrativa de FHC foi uma das maiores mobilizações do funcionalismo público, desde a redemocratização, com longas greves em 1996 e 1997.

Embora a PEC tenha sido aprovada, a resistência ajudou a preservar direitos, retardar regulamentações mais severas, além de fincar uma base histórica para lutas futuras — como contra a PEC 32 de 2020.

Durante o governo Temer, não houve uma proposta estruturada, no entanto, várias tentativas fatiadas, como a PEC do teto de gastos que impactou diretamente o serviço público.

Em todos estes momentos, a resistência dos trabalhadores conseguiu inibir os ataques ao serviço público.

Já no governo Bolsonaro, a vitória do movimento sindical contra a PEC 32 marcou o período. A proposta atacava a estabilidade e facilitava a indicação política de cargos de chefia, ameaçando transformar o serviço público em um grande cabide de influência político partidária.

A proposta atacava direitos trabalhistas e aventava a possibilidade de atuação de entidades privadas dentro do serviço público.

A atuação dos trabalhadores foi decisiva, com atos nacionais em Brasília, como a “Jornada de Luta contra a PEC 32”, com caravanas de servidores de todo o Brasil; paralisações e greves parciais, especialmente em 2021; pressão sobre parlamentares; protestos em aeroportos, gabinetes e sedes de partidos, além de campanhas em rádio e tv.

A unidade do movimento fez com que a PEC fosse arquivada.



HORA DE MOBILIZAR E CERRAR FILEIRAS NA RESISTÊNCIA

No dia 17 de junho, o ANDES-SN participou de audiência pública, convocada pelo GT que discute a reforma no Congresso. Embora a proposta fosse ouvir representantes de entidades que defendem os interesses das servidoras e dos servidores públicos, foram garantidos apenas 3 minutos de fala para cada entidade, o que limitou muito a possibilidade de participação efetiva de quem é afetado pela reforma: trabalhadoras e trabalhadores dos serviços públicos e a população em geral. No mesmo dia, houve uma manifestação, convocada pelo Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe), do qual o ANDES-SN faz parte, contra a reforma administrativa, no anexo II da Câmara dos Deputados, em Brasília (DF).



O Fonasefe alerta que está por vir um grande ataque aos direitos sociais, sob o discurso de eficiência, modernidade e combate aos privilégios.

Assim, não há outra saída que não seja cerrar fileiras para a resistência contra mais este ataque ao serviço público e aos direitos dos Servidores.

Defender nossas condições de trabalho, combater a precarização e a subserviência do estado a interesses privados torna-se urgente e necessário.

